

Ofício nº 008 /2018

Brasília, 15 de maio de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Eduardo Correa Tavares
Secretário de Estado do Planejamento
Governo do Estado do Amapá
Av FAB no 83 Centro Administrativo
CEP: 68906-000, Macapá/AP

Referência: Análise conjuntural e estudo de custo para implantação do SIPLAG 4 na SEFAZ-AP

Ilmo. Senhor,

atendendo a solicitação de V.Sa. encaminhamos análise técnico-comercial para implantação do Siplag em nova versão que comporte o controle orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial dos demais poderes conforme determina a Lei complementar 156/2016 e do decreto 7.185 de 27 de maio de 2010.

O documento a seguir, pretende abordar os diversos aspectos técnicos, financeiros e comerciais envolvidos em uma tomada de decisão qualificada sobre a questão em pauta e fornecer parâmetros de preços para sua execução.

Dadas as indefinições neste momento, não propusemos no documento um cronograma executivo, salientando no entanto que para atingirmos o objetivo estabelecido em lei, deveremos ser capazes de disponibilizar o sistema no poder executivo em operação na nova versão em janeiro de 2019, de forma a permitir a migração dos demais poderes durante o exercício de 2019 e finalmente disponibilizar o sistema em produção para todos os poderes em janeiro de 2020.

Para maior facilidade de consulta, anexamos a este documento a proposta de alteração do decreto 7.185 de 27 de maio de 2010, a minuta deste decreto e o Relatório de Diagnóstico dos Sistema Integrados de Administração Financeira - SIAFs dos Estados Brasileiros, produzido pelo Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais.

Atenciosamente,

José Claudio Dias Gonçalves
Logus Tecnologia

CONTEXTUALIZAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

1. Motivação para padronização dos sistemas

O Ministério da Fazenda através da Secretaria do Tesouro Nacional, estabeleceu o dia 01 de janeiro de 2020, como prazo final para que a execução orçamentária e financeira nos estados da federação ocorra de forma integrada entre os poderes atendendo às seguintes determinações legais da Lei Complementar 156/2016, como segue:

"§ 6o Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia."

E às alterações promovidas no decreto 7.185 de 27 de maio de 2010 que dentre outros pontos, determina e esclarece:

"§ 1o Conforme o § 6o do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, inclusive as defensorias públicas, as autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, dos entes da Federação devem utilizar SISTEMA único, mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia do ordenador de despesa respectivo em relação à gestão dos créditos orçamentários e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido."

"§ 2o Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - SISTEMA único: a solução de tecnologia da informação, mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, que, de forma integrada, dê suporte à execução orçamentária, financeira e contábil de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação, inclusive a defensoria pública, e à geração de relatórios e demonstrativos previstos na legislação e definidos pelo órgão central de contabilidade da União, do inciso III do § 1o, e do § 6o do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;"

2. Justificativa para adoção da nova versão do Siplag

A nova versão do Siplag permite atender plenamente às exigências da Lei Complementar 156/2016, as alterações ao decreto 7.185 de 27 de maio de 2010 e ainda conta com os seguintes diferenciais:

1. Maior controle das Rotinas Contábeis pela Equipe de Contabilidade do Estado, através de novos mecanismos de configuração. Esses controles permitem, por exemplo, que cada Poder tenha suas regras e particularidades na execução contábil:
 - a. Eventos Engatilhados: Permite configurar a execução de eventos.
 - b. Eventos Complementares: Possibilidade o encadeamento de eventos.
 - c. Condições de Evento: Definição de regras para permitir a execução de um evento.
 - d. Regras de Compatibilidade: Possibilita a criação de regras para atender às particularidades dos diversos cenários de contabilização, dando maior poder de customização das rotinas contábeis.
 - e. Regras de Mapeamento: Permite a criação de Mapeamentos (DE/PARA) para serem utilizados em rotinas internas do sistema, ou nas integrações com sistemas externos.
 - f. Regras de Negócio: Possibilita a ativação/desativação de determinadas regras de negócios através de condições elaboradas com as informações dos documentos contábeis, tais como: Unidade Gestora, Poder, Fonte, Natureza, etc.
2. Novas configurações nas rotinas de migração de dados:
 - a. Inicialização de um novo exercício através de rotinas disparadas no próprio sistema.
 - b. Configuração de De/Para Contábil utilizado na Rotina de Transferência Diária, não sendo mais necessária a regularização manual de dados transferidos para o outro exercício contábil.
3. Módulo de monitoramento de rotinas, tal como a Execução de Relatórios do Flexvision.
4. Novo módulo de Agendamentos para automação de rotinas do sistema, tais como:
 - a. Transferência Diária,
 - b. Validações Contábeis,
 - c. Execução de Consultas,
 - d. Agregações,
 - e. Envio e Recebimento de Arquivos Bancários, etc.
5. Consumo automático de Cotas Financeiras.
6. Criação e Execução de Lotes de PDs.
7. Novos recursos no módulo de Conciliação Bancária.
8. Conformidade Diária e Conformidade Contábil.
9. Despesas de Exercício Anterior (DEA).
10. Módulo de Validações Contábeis.

11. Permite que a comunidade de usuários do sistema crie e alimente uma Base de Dados de Conhecimento a partir do upload de documentos (.pdf, .txt, .xls, etc) que são tratados e indexados pelo sistema e a partir de então permitem aos usuários executarem a consultas por termos.
12. Novos mecanismos de Segurança:
 - a. Bloqueio de Funcionalidades por Órgão, UO, UG ou Usuário.
 - b. Conformidade de Usuários.
 - c. Solicitação de Cadastro de Usuários.

3. Produtos a serem fornecidos

- a. Upgrade da licença de uso perpétuo do sistema Siplag versão 3, para versão 4 (múltiplos poderes)

4. Serviços a serem fornecidos

- a. Instalação da nova versão nos equipamentos da SEFAZ-AP:

Consiste em instalar a nova versão executável do Siplag incluindo a criação da base de dados que receberá os dados migrados da antiga versão e que armazenará os dados movimentados pela nova versão.

Assim como na versão anterior, a nova versão dispensa qualquer software adicional para a sua operação e permitirá que todos os poderes acessem seus dados das bases de dados centralizadas na Sefaz, mantendo plena autonomia como preconiza a legislação.

- b. Migração e conversão da base de dados do poder executivo da versão atual para a nova versão;

Serão migrados para a nova versão, os saldos iniciais, os restos a pagar e as tabelas de apoio. Havendo necessidade de migração de dados do exercício para emissão de relatórios, estes serão migrados para o datawarehouse da aplicação. As demais versões serão mantidas para consultas dos dados dos anos anteriores.

- c. Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados da Assembléia Legislativa do sistema atual para o Siplag;

No momento não possuímos qualquer informação sobre o sistema utilizado pela Assembléia Legislativa, o que nos impede de tecer considerações técnicas ou previsão de custo a respeito a respeito do processo de migração. Um trabalho junto a este poder por parte da SEFAZ-AP, faz-se necessário para obtermos maiores informações técnicas sobre o referido sistema.

- d. Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Ministério Público do sistema e-cidades para a nova versão do Siplag;
- e. Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Tribunal de Justiça do sistema e-cidades para a nova versão do Siplag;
- f. Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Tribunal de contas do Estado do sistema do e-cidades para a nova versão;

Desconhecemos o sistema e-cidades no nível de detalhe necessário para formular considerações técnicas e realizar previsões sobre o esforço necessário para migração de dados para o *datawarehouse* da nova versão como preveem os itens d., e., e f., mas vemos um cenário positivo em promover as três migrações a partir de um mesmo sistema origem, uma vez que a tecnologia absorvida na primeira migração, será utilizada nas demais, provavelmente apresentando poucas situações novas.

- g. Configuração e parametrização do Siplag segundo as necessidades específicas da Sefaz-AP;

Processo semelhante em dimensão e conteúdo ao realizado em uma implantação inicial do sistema SIPLAG dado o volume de adaptações e melhorias necessárias a implantação da nova versão. Todas as tabelas envolvidas na configuração e parametrização do plano de contas, deverão ser atualizadas e realizado um De/Para da estrutura antiga para nova. Esta nova implantação demandará a realização de trabalho conjunto entre os técnicos e contadores da Logus e a equipe da SEFAZ-AP.

- h. Configuração dos Relatórios Contábeis para adequação ao novo PCASP e atendimento às exigências legais;

Revisão de todos os relatórios do sistema e adequação às novas normas contábeis.

i. Integração com sistemas externos

Quando se faz necessário, a Logus implementa rotinas de integração a sistemas externos de forma a garantir a fidelidade das informações transferidas entre os sistemas e reduzir o dispêndio de tempo de pessoal. A Logus também implementa *Web Services* específicos que permitam o envio de dados para o Siplag. Cabe à instituição pública fornecer as informações necessárias através de seu pessoal de forma a viabilizar o levantamento de necessidades, codificação e teste dos módulos de integração.

j. Treinamento dos servidores do poder executivo na nova versão do Siplag;

k. Treinamento dos servidores dos demais poderes na nova versão do Siplag;

Treinamento para os servidores da SEFAZ-AP e dos demais poderes, no formato ministrado em um processo de implantação convencional. Consideramos para efeito de treinamento que as turmas são compostas de até 20 alunos.

l. Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e suporte técnico do sistema;

Nos termos estabelecidos no contrato atualmente em vigor. Customizações não são objeto da presente proposta.

5. Principais aspectos a serem considerados na migração dos poderes

1. Migração do Saldo Inicial:

- a. Necessário transformar Contas Contábeis em Contas Correntes, tendo em vista que o SIPLAG detalha o Plano de Contas através de Conta Corrente.
- b. O principal desafio é compor as Contas Contábeis com os classificadores exigidos pelo SIPLAG.
- c. Necessário que cada Poder disponibilize um Balancete Detalhado por Conta Corrente, para que o saldo inicial possa ser gerado.

2. Migração de Documentos de Restos a Pagar

- a. Adequação aos modelos de documentos contábeis do SIPLAG.
- b. Disponibilização de todos os dados detalhados dos documentos contábeis.

3. Migração de tabelas de apoio:

- a. Estudar o modelo de dados dos sistemas de origem:
 - i. Necessidade de documentação.

- ii. Repasse da equipe que mantém o sistema.
 - b. Complementar as informações ausentes no sistema de origem, mas que sejam obrigatórias no SIPLAG.
 - c. Tratamento de dados:
 - i. Dados desnormalizados.
 - ii. Adequação ao modelo de dados do SIPLAG.
- 4. Criação de Rotinas para migração dos dados (Apoio, Documentos e Saldos)
 - a. Planilhas: Definir leiautes e criar rotinas para leitura das planilhas.
 - b. Arquivos: Definir leiautes e criar rotinas para leitura dos arquivos
 - c. Banco de Dados: Estudar modelo de dados e criar rotinas de ETL.
- 5. Adequação dos documentos contábeis migrados, a fim de adaptá-los à realidade da execução contábil do SIPLAG.

6. Entregas por Serviço realizado

Serviço	Entrega
Instalação da nova versão nos equipamentos da SEFAZ-AP.	Versão instalada, sem servidor da SEFAZ, pronta para iniciar as migrações, configuração e parametrização do sistema.
Migração e conversão da base de dados do poder executivo da versão atual para a nova versão.	Todos os dados migrados da versão atual para a nova versão instalada.
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados da Assembléia Legislativa do sistema atual para o Siplag.	Dados migrados das bases de dados do sistema da Assembléia Legislativa para a nova versão do Siplag.
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Ministério Público do sistema e-cidades para a nova versão do Siplag.	Dados migrados das bases de dados do sistema do Ministério Público para a nova versão do Siplag.
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Tribunal de Justiça do sistema e-cidades para a nova versão do Siplag.	Dados migrados das bases de dados do sistema do Tribunal de Justiça para a nova versão do Siplag.

Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Tribunal de Contas do Estado do sistema do e-cidades para a nova versão.	Dados migrados das bases de dados do sistema do Tribunal de Contas para a nova versão do Siplag.
Configuração e parametrização do Siplag segundo as necessidades específicas da Sefaz-AP.	Configurações e parametrizações concluídas para início da operação do sistema.
Configuração dos Relatórios Contábeis para adequação ao novo PCASP e atendimento às exigências legais	Relatórios adaptados às novas regras vigentes
Integração com sistemas externos	Realizado por demanda específica para cada sistema.
Treinamento dos servidores do poder executivo na nova versão do Siplag.	Treinamento ministrado e certificado de conclusão dos alunos enviados para o executivo.
Treinamento dos servidores dos demais poderes na nova versão do Siplag.	Treinamento ministrado e certificado de conclusão dos alunos enviados para a Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público.
Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva suporte técnico do sistema.	Manutenções realizadas conforme demandas abertas na ferramenta de acompanhamento e controle do projeto (Jira) e SLA já adotado atualmente.

7. Preço estimado dos serviços

a. Produtos

A Logus cederá sem custo para o Governo do Estado do Amapá o licenciamento de uso a versão 2018 do SIPLAG sem custo adicional, incluindo nova versão do módulo de planejamento, Planejamento e da ferramenta OLAP Flexvision.

Descrição	Und	Qtd	Unit	Valor
Licença de uso perpétuo do sistema Siplag 2018.	LU	1	0,00	0,00

Tabela 1

b. Serviços

Os serviços previstos serão medidos e precificados em horas trabalhadas com segue nas tabelas 2 e 3 infra.

Considerar-se-á:

- Como horário regular para a prestação dos serviços, como horário regular, o intervalo compreendido entre 08:00 às 18:00 horas ininterruptas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados.
- Os horários de atendimento em ponto facultativo estadual, feriados nacionais e estaduais são considerados fora do horário regular
- Os horários de atendimento em ponto facultativo municipal e feriado municipal serão considerados dia útil e devem ser mantidos os níveis de serviço do horário regular;
- Contratante poderá demandar da Contratada horas de serviço de profissionais específicos para que fiquem de prontidão em horários outros além dos previstos no item anterior, desde que comunicada a necessidade com 48 horas de antecedência.
- O Vlr. da hora acrescido de 25% para as horas executadas fora do horário regular.

Descrição	Vlr. Unitário
Hora de suporte presencial	288,00
Hora de suporte remoto	230,40

Tabela 2

Descrição	Und
Instalação da nova versão nos equipamentos da SEFAZ-AP.	HH

Migração e conversão da base de dados do poder executivo da versão atual para a nova versão.	HH
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados da Assembléia Legislativa do sistema atual para o Siplag.	HH
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Ministério Público do sistema e-cidades para a nova versão do Siplag.	HH
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Tribunal de Justiça do sistema e-cidades para a nova versão do Siplag.	HH
Migração e conversão dos dados do ano do exercício anterior ao da implantação da base de dados do Tribunal de contas do Estado do sistema do e-cidades para a nova versão.	HH
Configuração e parametrização do Siplag segundo as necessidades específicas da Sefaz-AP.	HH
Configuração dos Relatórios Contábeis para adequação ao novo PCASP e atendimento às exigências legais	HH
Integração com sistemas externos	HH

Tabela 3

c. Treinamento

Os treinamentos presenciais são precificados indicado na Tabela 4 abaixo:

Descrição	Und	Unitário
Treinamento - Execução LOA	Turma	R\$ 22.422,39
Treinamento - Exec. Orç. Fin. e Patrimonial	Turma	R\$ 14.193,99
Treinamento - OLAP Flexvision	Turma	R\$ 32.296,47
Treinamento - Orçamento e Elab. LOA	Turma	R\$ 8.708,39

Treinamento - Planejamento PPA	Turma	R\$ 5.554,17
Treinamento - Segurança	Turma	R\$ 11.725,47
Treinamento - Workshop TI	Turma	R\$ 22.422,39

Tabela 4

d. Manutenção corretiva, preventiva e suporte técnico

Nos termos estabelecidos no contrato atualmente em vigor. Customizações não são objeto da presente proposta.

Descrição	Und	Unitário
Manutenção e suporte	Mês	R\$ 178.967,70